

PARAÍSO E ESCATOLOGIA NA CULTURA PORTUGUESA

por FREDERICO RÊGO
(Universidade de Brasília)

A cultura portuguesa carrega em sua trajetória uma ligação muito forte com os temas do destino, de missão e da redenção. Ou seja, a sacralização dos acontecimentos históricos pela própria crença de sua divina epifania fez da nação portuguesa uma nação escatológica. Segundo Cunha Leão as linhas míticas do povo português passam pelo providencialismo da história, na expansão ultramarina, no mito sebástico, na sublimação da mulher e na supervivência do amor.¹ Estão claras essas perspectivas na cultura portuguesa exemplificadas na visão de Ourique, nas viagens templárias henriquinas, no mito do encoberto D. Sebastião, no culto mariano e na história mítica de Pedro e Inês de Castro, e acrescentaríamos mais um: a crença no paraíso.

O paraíso terreal se distanciava de sua bíblica localização na proporção em que as naus portuguesas se aproximavam dele, desvendando pelo caminho terras e mares. Referimo-nos, por certo, ao Oriente. Neste artigo trataremos de um dos temas mais espirituais da cultura portuguesa que é o pensamento escatológico. Se escolhêssemos uma palavra para sintetizar a proposta escatológica,² corporificada na idéia de Quinto Império, seria a *universalidade*. No pensamento português o universal foi pensado por padres, poetas e filósofos. Dentre eles destacamos Luís de Camões no século XVI, o Padre António Vieira no século XVII, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva no século XX. Outros autores pensaram o universalismo, como Teixeira de Pascoaes ou Leonardo Coimbra com a idéia do saudosismo e do pan-psiquismo respectivamente, porém a idéia de Quinto Império na cultura portuguesa terá nos quatro autores anteriormente citados um destaque maior. Cada um desses homens sistematizaram suas idéias sobre o fim dos tempos e como se daria esse fim dos tempos. Necessitamos, portanto, de uma investigação mais

detalhada e profunda sobre cada uma delas. Portanto, nossa abordagem acerca desse tema e desses autores será feita de uma maneira panorâmica, mas não menos honesta, relacionando suas perspectivas com o tema da viagem e com o tema da imagem do paraíso.

No ápice da expansão portuguesa nos mares, com o encontro e penetração do Oriente, ainda mítico, e com o crescente descortinamento do mundo através da cartografia, da produção literária expansionista – vale dizer que a dimensão mercantil influenciou abertamente o mercado editorial com os diários de bordo, a geografia descritiva, roteiros marítimos, traduções, não só em solo português, mas também na Itália, Espanha e Holanda –, o debate acerca da localização do paraíso terrestre parecia, de fato, esvanecer. Todavia, a questão maior do deslocamento do jardim das delícias se deu, nesse momento, não na esfera do espaço, mas sim, do tempo. O fim ou o começo, se misturaram no anseio da própria questão salvífica, cujo caminho seria cumprido por Portugal e consumado no Brasil segundo algumas profecias.

Quando tratamos de temas referentes a fundação de Portugal e sua múltipla formação cultural temos que ter a cautela de não cair em generalizações. A formação política e territorial portuguesa se deu no século XII com o Infante Afonso Henriques e os homens-ricos portugueses, os quais travaram várias lutas contra o conde galego Fernando Perez de Trava

¹ Quadros, António. *Portugal, razão e mistério I*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984, p. 81.

² Escatologia relaciona-se aqui com a doutrina que trata do destino final do homem e do mundo. Pode apresentar-se em discurso profético ou em contexto apocalíptico.

e contra D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, detentores do poder no condado *portucalense*. Imbuído de espírito de conquista, o próprio Infante arma-se cavaleiro e em 1128 declara guerra contra a mãe vencendo-a na batalha de São Mamede. A partir de então Afonso Henriques se intitula senhorio de Portugal criando, posteriormente, um novo e forte Estado na Península.

A fundação do Estado português se deveu a inúmeras batalhas, invasões e acordos com os reinos ibéricos. Porém, assim como em São Mamede, uma outra batalha se travou, contra os muçulmanos, a qual foi definitiva para a confirmação do reino português e a aclamação de Afonso Henriques como rei de Portugal. Foi a histórica e mítica batalha de Ourique em 1139. Sabe-se que ficou marcada na cultura portuguesa a visão divina que Afonso Henriques teve pouco antes dessa batalha. Após a vitória do Infante foi firmado o reconhecimento da independência do novo reino e a reconstituição das relações com a cúria romana (1143), tornando-se Afonso Henriques vassalo da Igreja romana e mais tarde reconhecido pelo Vaticano como rei (1179). Com isso, Afonso Henriques passa a ser Afonso I, primeiro rei de Portugal. A partir daí o reinado rumou para o Sul da Península no intuito de expulsar os mouros que lá habitavam. Segue-se a conquista de Santarém e Lisboa (1147), tendo o rei a ajuda de cruzados vindos do Norte da Europa e dos cavaleiros do Templo, e a posterior expulsão dos infiéis muçulmanos do território português. Após a tomada de Lisboa Afonso I reorganiza a vida política, social e econômica do reino atribuindo aos homens-ricos, aos monges das ordens monásticas – dentre elas os templários sediados em Tomar e os de Cister sob a administração de São Bernardo, sobretudo em Alcobça – responsabilidades conjuntas na constituição do nascente reino. A trajetória da fundação do reino de Portugal se estendeu por diversos anos e muito sangue foi derramado, tanto mouro como cristão. Com a sucessão do trono foi paulatinamente se configurando o reino cristão português, contudo, foi com Afonso I, ou Afonso Henriques, que aconteceu o aparecimento e a corporização de Portugal como nação.

A história das atribuladas batalhas e acordos políticos na conquista do território português não revelam, entretanto, as teias culturais que se estabeleceram nesse território. Temos a influência cultural celta na Península e toda a mundivi-

dência pagã apropriada pelo cristianismo em Portugal. A presença cultural secular dos árabes muçulmanos e também dos judeus se misturaram aos hábitos cristãos que co-habitavam as terras portuguesas. O profundo sentimento e poder cristão e a coetânea obediência e honra dos guerreiros medievais cristalizados na ordem de cavalaria somados as estruturas culturais advindas das invasões árabes deu à Portugal uma múltipla característica cultural, a qual foi importante influência quando do início da reconquista cristã e da conseguinte expansão portuguesa por terras e mares.

A nação portuguesa foi formada, portanto, por várias mentalidades culturais, entre as quais destacamos o espírito guerreiro e a característica viajante, assim como a mundividência e a doutrina cristã. Essas características aparecem na tradição secular dos portugueses, na luta contra o mouro “infiel”, passando pela honra e missão cavaleiresca e templária atingindo seu ápice com as viagens náuticas, síntese de toda a tradição, tanto histórica quanto mítica. Perseguidos por Roma no resto da Europa, os Templários fizeram parte do processo de formação da nação portuguesa, dando origem à Ordem de Cristo, do Infante D. Henrique.

O espírito português medieval, o qual vai se firmar até o Renascimento Português³ teve como um dos pilares algumas características presentes na ordem de cavalaria. O arquétipo da cavalaria se assentava no herói. No universo dos romances cavaleirescos o cavaleiro viaja por causa da guerra, mas, em tempo de paz, escolhe as cavalgadas solitárias, vencendo o medo do desconhecido, escolhendo o risco, a liberdade e a disponibilidade de estar consigo próprio, sabendo que a viagem pode ter ou não retorno, mas a ela se entrega para moldar o espírito, formar a personalidade e procurar, como um peregrino, a mudança interior ou conversão e o aperfeiçoamento espiritual. O cavaleiro tinha em si a imitação da vida pastoril, cujo arquétipo era o próprio paraíso. A piedade e a virtude eram a essência do cavaleiro dada a sua subordinação pela igreja. Nada mais piedoso e virtuoso como expulsar o “infiel” e dilatar a fé como fez Portugal na figura do cavaleiro infante D. Henrique.

³ Ao falarmos de Renascimento Português estamos nos referindo ao período das navegações marítimas dos séculos XV e XVI.

A demanda dos mares pelo infante teve essa característica cavaleira e templária. O cavaleiro é o representante da liberdade na direção do ideal. Aqui a cavalaria mistura-se com o monaquismo, uma das mais fortes características dos templários. Os templários eram aqueles monges que pertenciam a Ordem do Templo com formação no início do século XII e extinção no início do século XIV. Tratava-se de uma ordem religiosa militar, instituída em Jerusalém no ano de 1118, perto do lugar onde estivera o Templo de Salomão. Os primeiros anos após a tomada de Jerusalém pelos cavaleiros cristãos foram frágeis pelo constante perigo de retaliações, isto explica a formação de Ordens religiosas militares para a defesa desta conquista e também para a proteção dos seus peregrinos.

O denominador comum entre o espírito português e o ideal heróico da cavalaria e dos templários é o fato de terem um compromisso com uma comunidade. Na Idade Média e no Renascimento é o ideal cruzadístico que polariza o indivíduo entre a comunidade e o Rei tornando-se o símbolo dessa sociedade. Os cavaleiros errantes poderão identificar-se com a pequena nobreza que procura a honra pessoal e a estima, procurando, por atos de justiça, libertar sobretudo mulheres e homens fracos, de situações de sofrimento e de injustiça. Subjaz, todavia, entre os cavaleiros, o ideal de cruzada. Portugal concebia-se, nesse sentido, como cavaleiro que procurou salvar o mundo do pecado. Sua profunda medievalidade fez com que se arraigasse a idéia de redentor da humanidade.⁴ Em *Os lusíadas*⁵ de Camões e na *Mensagem*⁶ de Fernando Pessoa, obras as quais contam a história de Portugal, podemos identificar a conciliação de mito, história, códigos de honra e a mundividência vigente da época. Portanto, as estruturas sócio-políticas e as perspectivas sócio-culturais fomentaram a formação de Portugal. Cabe agora aprofundar mais a perspectiva mito-simbólica dessa formação e sua ligação com a projeção de Portugal como nação predestinada.

Um conceito presente no medievo, mas sobretudo a florada na época dos descobrimentos, é o tema teológico-político de *destino*. Por destino entende-se fatalidade, reservar esta ou aquela sorte à nação e ao povo. Na idéia de destino há uma potência exterior ao homem que regula o curso dos acontecimentos. Nela, há sempre um ser superior que sabe o futuro e o anuncia. Sem passado e sem presente, destino é uma maneira

de dizer que jamais podemos mudar o presente porque tudo já está por alguém ou alguma força definido. Tanto reis como poetas pensaram a expansão portuguesa nos mares como algo arquitetado por Deus. A relação íntima com a igreja da Contra-Reforma e a luta contra os “infiéis” e a expansão espiritual do catolicismo, aguçou em alguns a idéia de predestinação de Portugal como uma espécie de segundo salvador, paladino da virtude, a virtude cristã.

O pensamento escatológico que afirmamos adquirir mais estímulo, a partir do descobrimento do mundo pelas viagens de descobrimento, teve em Portugal terreno fértil. A idéia de predestinação da nação portuguesa como salvadora é encontrada desde a época das lutas políticas e religiosas medievais que envolveram cristãos e não cristãos. A vocação para a divinização da experiência histórica é patente na cultura portuguesa, a visão de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique é um dos exemplos. Com a batalha de Ourique nasce não só a nação portuguesa, mas a nação predestinada portuguesa. “...*promessa de um império, que não sendo meramente humano, «como os que tem avido atégora», comporta, já na sua mesma anunciação, uma evidente analogia com a fundação da comunidade eclesial.*”⁷ Em Portugal cresceram, durante todo o século XIV, as lendas em torno da figura de D. Afonso Henriques e a batalha de Ourique assumindo cada vez mais um carácter divino, isto é fruto de uma tentativa de divinizar a monarquia portuguesa, assim Portugal tornava-se o reino escolhido por Deus para comandar a cristandade em direção a um novo tempo. Essa mitificação se torna perceptível ao associarmos o clímax da expansão marítima com as suas representações mitopoiéticas, sendo paradigmática a épica camoniana. Com a mudança da geo-

⁴ Sobre a ordem de cavalaria, seus princípios, finalidade e características cf. Llull, Ramon. *Livro da ordem de cavalaria*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1992.

⁵ Camões, Luís de. *Os lusíadas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões, 2000.

⁶ Pessoa, Fernando. *Antologia poética*. Lisboa: RBA Editores, 1994, p. 9.

⁷ Borges, Paulo A. E. *A Plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a ideia de “Quinto Império” na “Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 249.

grafia medieval pelas viagens, e um distanciamento cada vez maior do paraíso terrestre, o sonho do paraíso arquetípico ressurgiu com as idéias escatológicas do fim e regresso a este paraíso. Percebemos uma teleologia, ou melhor uma profecia ligada à história de Portugal. Os missionários tiveram um importante papel em levar a cabo esse projeto divino.

Assim como o mar foi a via para se chegar a terras tão longínquas, Portugal foi a via para que essa tarefa fosse efetivada, quase como um auto-sacrifício. A idéia de sacrifício na filosofia messiânica portuguesa aparece em Teixeira Rêgo, o qual o define como símbolo. Sacrifício é, segundo Teixeira Rêgo, uma re-apresentação, uma re-vivência do mito da queda. Ao sacrificar-se um animal, e não um vegetal, o sangue derramado e o animal morto são prelúdios para que alguém surja e leve a vítima ao retorno idílico ou que o próprio sacrificado ressurgirá. É a vinda de um messias que conduz os homens ao paraíso, ao lugar de origem, à sede da felicidade presente nos mitos.⁸ É o próprio Portugal que se converte em sacrificado. Um país tão pequeno no extremo ocidental da Europa dotado de condições favoráveis para se construir o paraíso e não mais só alcançá-lo.

Autores como Luís de Camões, Padre António Vieira, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, entre outros, se debruçaram sobre essa perspectiva messiânica de Portugal. Miguel Real que estudou o tema nesses e em outros autores nos diz que: *“O destino messiânico português é, assim, o de anunciar e realizar primeiro, que o mundo é fisicamente um só; segundo, ainda não realizado mas apenas revelado, que a humanidade é espiritualmente também uma só.”*⁹ A idéia de destino também pulsa na própria tradição europeia que vai das cruzadas – dilatando a fé e o império – às navegações – dilatando o mundo. Em relação a essa última o destino de Portugal está inscrito no mar e no além-mar. *“Toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo que aconteceu depois foram – e são ainda – consequências desses grandes empreendimentos.”*¹⁰

Muito embora a idéia de destino pressuponha uma história teológica ou providencialista, ou seja, a realização do plano de Deus em que o tempo se ergue como a revelação de Deus no

tempo: a *teofania*, e a revelação da verdade divina no tempo: a *epifania*, alguns homens relacionaram as profecias – tanto bíblicas quanto do povo – com os acontecimentos gerados pela aventura lusa nos mares. É história profética e soteriológica, respectivamente o cumprimento da vontade de Deus no tempo e a promessa de redenção no tempo. Movidos pela fé e por uma postura peculiar diante do sagrado, eles pregaram o fim dos tempos e impérios perfeitos. Dentre os homens que profetizaram essas escatologias aparece o abade calabrês Joaquim da Fiori.

Joaquim da Fiori: três idades, três tempos e o fim

A trans-historicidade é a maior característica que se irrompe com a concepção de história para o cristianismo, ou seja, a existência una da trindade, Pai, Filho e Espírito Santo no espaço e no tempo. Ou seja, não há como separar as figuras da trindade atribuindo-lhes fases ou idades a serem cumpridas. Foi, contudo, exatamente essa temporalidade distinta e finita que Joaquim da Fiori proclamava e foi por isso considerado herege pela igreja católica, sobretudo ao considerar findo o poder do Pai, tese que chocava com a doutrina de Santo Agostinho que afirmava a eterna presença criadora de Deus.

O referido monge nascido no ano de 1135 na região da Calábria gozava já durante a sua permanência na Ordem de Cister de uma fama de “homem santo” e de idéias bastante controversas, assim não tardou para que abandonasse a congregação e criasse sua própria Ordem. Estas idéias se baseavam principalmente na sua teoria dos três tempos ou idades da cristandade correspondentes à trindade do cristianismo: o tempo do Pai que teria começado antes da graça com Adão, teve seu apogeu com Abraão e terminou com o nascimento de Cristo; o tempo do Filho que é o da graça, iniciado com o Rei Orzias, floresce com João Batista e Jesus e esta-

⁸ Gomes, Pinharanda. A *“Renascença Portuguesa”*: Teixeira Rêgo. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, pp. 109–110.

⁹ Real, Miguel. *Portugal, ser e representação*. Difel, Lisboa, 1998, p. 36.

¹⁰ Carvalho, Barradas de. “Literatura de viagens”. In: *Dicionário de história de Portugal*. direcção Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. IV.

ria próximo do fim; e o último dos tempos, o do Espírito Santo que seria o da graça maior, teria começado com São Bento e se realizaria, de fato, com o estabelecimento final do Reino do Espírito Santo.¹¹ É importante ressaltar que Joaquim da Fiori não se enquadrava na perspectiva milenarista, pois não fala sobre a duração deste último tempo e nem é messianista, pois não fala sobre a volta do messias.¹²

Joaquim da Fiori fundou a ordem dos florensis, a qual tinha como idéia fundamental um reino espiritual baseado no simbolismo dos números. Joaquim da Fiori profetizou, na sua linguagem do século XII a chegada do reinado do Espírito Santo. Fiori afirmava que o Reino de Deus na Terra ou a Era do Espírito Santo, começaria com a vitória de Cristo contra o Anticristo, identificado por ele com Saladino, que acabara de invadir a Espanha no mesmo momento em que Jerusalém caía nas mãos dos árabes.¹³ Jesuítas e franciscanos se consideraram as duas ordens monásticas profetizadas por Joaquim da Fiori e por isso escreveram movidos pela certeza do fim da história e do tempo do fim como tempo do Espírito Santo inteiramente revelado ao Reino de Deus. Apesar de Dante Alighieri o colocar no Paraíso em sua *Divina Comédia*,¹⁴ Roma não pensava da mesma forma. Joaquim da Fiori ao proclamar sua Terceira Idade rompeu com a Igreja. Essa perspectiva teve uma enorme influência na configuração da idéia do Quinto Império de Camões, de Vieira, de Pessoa e de Agostinho da Silva, ou seja, um Reino Espiritual inspirado no Espírito Santo.

Contraposta à história providencialista existe, como vimos, uma outra: a história profética inspirada em Joaquim da Fiori. São os traços principais desta história: a divisão do tempo em três eras, a do Pai, do Filho e do Espírito Santo e o embate final entre o Anticristo e Cristo, durante a era messiânica do Segundo Advento, com a vitória de Cristo e a instalação de um Reino de Mil Anos de felicidade no Tempo do Fim, que é também fim dos tempos, no qual se preparam o Juízo Final e a instauração do Reino Celeste de Deus. Antecedendo a Segunda Vinda de Cristo e preparando o terreno para o embate final, é enviado o salvador que o Padre Antônio Vieira associa ao reino de Portugal na figura de D. Sebastião.

Sebastianismo: filosofia escatológica da história
Antônio Quadros na abertura de seu *Poesia e filosofia do mito sebástico*¹⁵ afirma que “quer

queiram quer não, o sebastianismo é um fenômeno com raízes profundas na nossa estrutura cultural. É um dado importante da psicologia portuguesa e brasileira. É um tema com fortes repercussões, não só na nossa literatura e no nosso pensamento, mas ainda no nosso devir histórico. E não pode ser visto unicamente como uma manifestação situada ou circunscrita num espaço e num tempo, porque adquire, assuntos e vivenciadores mais qualificados, ressonâncias que o religam à gesta universal do homo viator.”¹⁶

Além desse devir mito-histórico, outra maneira de se compreender o imaginário messiânico português é admiti-lo como um modo de superação transcendente da decadência de Portugal e da Europa. Dessa tristeza decadente e o anseio de salvação surge o sebastianismo. A figura de D. Sebastião e a posterior mitificação de sua figura está na base de quase todo pensamento escatológico português, o qual vai apropriá-lo de maneiras dispares. D. Sebastião, rei de Portugal, nasceu no ano da morte de seu pai, o rei D. João, em 1557. Seu nascimento foi envolto de uma expectativa político-religiosa recebendo a alcunha de “O Desejado”. D. Sebastião foi criado sob a égide de duas crenças: a guerreira e a religiosa. Tanto uma como a outra o levaram a combater em África em nome da fé e do reino de Portugal. Porém, o jovem rei perdeu a sua vida na batalha de Alcácer Quibir em 1578. Desapareceu no entanto a carne, o corpo, mas cristalizou-se o mito. D. Sebastião sobreviveu no imaginário português, o qual o esperava, ou ainda o espera, real ou simbolicamente. Contudo, o mito sebástico não nasce com a vida e morte de D. Sebastião, o próprio imaginário europeu engendra a criação e sustentação desse mito, o qual vai trazer à tona uma nova perspectiva histórico-filosófica à Portugal. A mitificação de D. Sebastião encontra espaço na tradição messiânica judaico-cristã, na tradição medieval

¹¹ Delumeau, Jean. *Mil anos de felicidade, uma história do paraíso*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 42–43.

¹² *Ibidem*, p. 50.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Alighieri, Dante. *A divina Comédia*. Venda Nova: Bertrand, 2000.

¹⁵ Quadros, Antônio. *Poesia e filosofia do mito sebástico*. Lisboa: Guimarães Editores, 1982.

¹⁶ *Ibidem*, p. 13.

do encoberto, no misticismo e na religiosidade de Portugal, em fim, a tradição histórico-mítico-filosófica de Portugal se converteu nessa altura num terreno fértil para o mito sebastiânico. Crença na paradoxal volta e sacrifício necessários para que se cumpra a missão redentora. As figuras heróicas e messiânicas devem passar por esta experiência de morte e ressurreição, é o salvador que se auto-sacrifica pela criação.

Assim como a própria formação cultural da nação portuguesa, na qual um dos elementos se assenta no arquétipo do herói cavaleiro, o sebastianismo tem suas raízes nas novelas de cavalaria cujo arquétipo é o mito celta do encoberto presente no mítico rei Arthur e também no culto do Espírito Santo de Joaquim da Fiori, cuja penetração no reino português se deu com os franciscanos e divulgado pelas mãos da rainha Santa Isabel; e no messianismo de matriz judaico-cristão. O mito arturiano remonta antigas lendas celtas a respeito de um rei encoberto nas névoas da Ilha de Avalon de onde retornará quando o reino novamente precisar. Com a apropriação dos mitos pagãos pelo cristianismo temos o antigo mito pagão arturiano devidamente formatado e apto a ser divulgado sem grandes temores. O poeta português João de Barros foi o grande difusor desse mito em Portugal no início do XVI. Ao escrever em 1520 a *Crônica do Imperador Clarimundo*¹⁷ João de Barros cria a versão portuguesa do mito arturiano. Esta crônica foi utilizada na formação de sucessivas gerações de monarcas portugueses dentre eles D. Sebastião.

A idéias das três idades de Joaquim da Fiori, já apresentadas, vão se juntar à massa formadora do sebastianismo. Tanto o joaquimismo quanto o messianismo judaico-cristão tem suas raízes nos textos sagrados. A escatologia presente nessas escrituras articula o componente messiânico com o fim do mundo e a chegada do paraíso. No livro do Apocalipse São João descreve o Juízo final e o retorno do Messias: “*E eles serão o seu povo, e o mesmo Deus com eles será o seu Deus; e Deus lhes enxugará todas as lágrimas dos seus olhos; e não haverá mais morte nem luto, nem clamor, nem mais dor, porque as primeiras coisas passaram. E o que estava sentado no trono disse: Eis que eu renovo todas as coisas. E disse-me: Escreve porque estas palavras são muito dignas de fé e verdadeiras. E disse-me: Está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim de tudo.*”¹⁸

Os mitos que deram corpo ao sebastianismo nasceram em um período muito anterior ao século XVI, estes mitos tem duas raízes: a religião celta e a religião judaica que depois dará origem ao cristianismo. Talvez tenhamos deixado pistas de que o sebastianismo foi e é um mito universal nos seus elementos e que encontrou no reino de Portugal e no seu jovem rei o espaço que necessitava para eclodir após um longo período de “incubação” no imaginário de seu povo.

*“Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?”*

*É O que eu me sonhei que eterno dura,
É Esse que regressarei”¹⁹*

A história consumada do padre Antônio Vieira

Mas que profecias são essas? Quem as profetizou? Para melhor tratar-mos desse assunto vamos inserir esses profetas dentro da corrente escatológica portuguesa. Nesse sentido a melhor referência é o Padre Antônio Vieira. O padre jesuíta português Antônio Vieira, missionário do Brasil, foi a maior expressão desse movimento escatológico com a idéia do *Quinto Império*, já presente no pensamento do século XII com o abade Joaquim da Fiori. A idéia de Quinto Império se relaciona com a interpretação que o profeta Daniel fez do sonho de Nabucodonosor, rei da Babilônia, em que aparecem os cinco impérios ou tempos da humanidade. Sobre a chegada do quinto e último império Daniel profetiza: “*E se realizará o juízo, a fim de que lhe seja tirado o poder, e ele seja destruído e pereça para sempre, e seja dado o reino, o poder e a grandeza do reino, que esta debaixo de todo o céu, ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno, e ao qual servirão e obedecerão todos os reis.*”²⁰ Este texto foi utilizado constantemente para comprovar a vinda do “Quinto Império”.

A idéia de Quinto Império em Vieira tem inspiração no profeta Daniel; em Isaías; nas Trovas do Bandarra, sapateiro de Trancoso que, dentro da tradição mítica acreditava que o encoberto D. Sebastião seria o Imperador dos Últi-

¹⁷ *História e antologia da literatura portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 35.

¹⁸ João (21, 3–6).

¹⁹ Pessoa (1994: p. 26).

²⁰ Daniel (7, 26–27).

mos Dias, vencedor das primeiras batalhas contra o Anticristo; e no milenarismo trinitário de Joaquim di Fiori. Entre 1647 e 1666, o Padre Antônio Vieira escreve a *História do Futuro*,²¹ obra que lhe valeu a condenação de herética e judaizante pelo tribunal da Inquisição, pois prometia o reino de Deus nesta vida, à maneira do messianismo judaico que aguarda a vinda do salvador.²² A origem da condenação é o livro *Esperanças de Portugal*, parte da trilogia que inclui a *Clavis Prophetarum* e a *História do Futuro*. A obra previa a união de portugueses e judeus, o Reino de Mil Anos e o retorno triunfal dos judeus a Israel. Sua interpretação do capítulo 18 de Isaías demonstrava que Isaías profetizou não só a América, mas o Brasil. “Assim, tu chamarás por uma nação que não conheces, sim, uma nação que não te conhece acorrerá a ti,”²³ e o motivo fundamental para essa interpretação é uma outra profecia de Isaías, segundo a qual a redenção do povo de Israel só se daria depois da total dispersão desse povo na direção dos quatro ventos. “Sim, da mesma maneira que os novos céus e a nova terra que estou para criar subsistirão na presença, assim subsistirá a vossa decência e o vosso nome.”²⁴

Seguindo a tradição filosófica da história de Paulo Orósio, e por conseguinte a de Santo Agostinho, sua visão quinto imperial faz da história factual o palco da quase necessária eclosão do melhor possível divino na conversão universal e na consumação terrena do Reino de Deus.²⁵ De igual importância será o profeta Daniel, não só porque o livro das *Revelações* anuncia o Tempo do Fim, mas também porque esse tempo final será o advento da quinta monarquia durando mil anos de felicidade, posto que reino messiânico. “Feliz quem esperar e alcançar mil trezentos e trinta e cinco dias. Quanto a ti, vai até o fim. Repousarás e te levantarás para tua parte da herança, no Tempo do Fim.”²⁶ O profeta Daniel anuncia o novo tempo como Reino de Deus e tempo do saber, quando o homem esquadrinhará a Terra na direção dos quatro ventos e será aberto o Livro dos Segredos do Mundo: “Os ímpios agirão com perversidade, mas nenhum deles compreenderá, enquanto os sábios compreenderão.”²⁷ Contudo, o Padre Antônio Vieira tem como inspiração, ou iluminação, além dos profetas bíblicos, a sabedoria ou a profecia popular encontrada em Gonçalo Annes, o Bandarra.

“Ó Bandarra do amor! Bruxo da profecia!
Eu creio, como tu, em D. Sebastião!
Eu creio, como tu, no seu regresso! Eu creio!
Já seu perfil de encanto
Doira de etérea graça o nevoeiro
Dessa Manhã divina, prometida
Pelo canto do Povo e dos poetas.”²⁸

O sapateiro de Trancoso foi o elemento responsável pela transição e transmissão na esfera popular do messianismo, fluidamente viajante entre a cultura cristã e de cristãos novos. Assimilou diversos elementos de ambas as culturas para redigir suas Trovas. Bandarra é o grande mediador entre dois mundos: o cristão novo e o cristão velho, o oral e o escrito, o popular e o erudito.²⁹ Nas suas Trovas Bandarra fala sobre três temas: a sociedade e a hierarquia quebrada, a esperança de um novo mundo e a atribuição a um rei português a missão salvadora³⁰ e é este texto que circulou entre o povo português que tinha o sapateiro como profeta, assim como Antônio Vieira também o via.

²¹ Vieira, Antônio. *Livro anteprimeiro da história do futuro*. Edição de José Van Den Besseelaar, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

²² Segundo o prefácio do padre Casnedi, a obra *História do futuro* está assim dividida: “Dividese este estupendo volume do Reino de Cristo Senhor nosso, consumado sobre a terra, em três livros, como o declara o seu mesmo Autor no princípio da sua obra: No 1.º trata da natureza e qualidade do Reino de Cristo, Senhor nosso; no 2.º da consumação do mesmo Reino sobre a terra; no 3.º do tempo em que se há-de consumir e o tempo que deve durar depois da consumação.” In: Vieira, Antônio. *Clavis prophetarum*. Tradução de Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, Códice da Biblioteca Nacional, n.º 1741.

²³ Isaías (55, 6).

²⁴ Isaías (66, 20).

²⁵ Borges (1995, pp. 70–71).

²⁶ Daniel (12, 12–13).

²⁷ Daniel (12, 10).

²⁸ Teixeira de Pascoaes citado por Ferreira-Mourão, David. *Portugal: a terra e o homem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 17.

²⁹ Hermann, Jacqueline. *No reino do desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: 1998, p. 41.

³⁰ Megiani, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado – Aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*. Dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de História da USP, São Paulo, 1995, pp. 30–31.

Bandarra é um dos grandes responsáveis pela sedimentação do sebastianismo em Portugal. Se tomar-mos João de Barros e sua novela de cavalaria, que escreve para a nobreza de uma forma erudita sobre o Portugal imperial e compararmos com Bandarra, que escreve trovas visando o povo de maneira simples sobre o desejado, verificamos que em ambos a estrutura mítica que forjará o sebastianismo é muito próxima. Devido a essa tão dispare forma de divulgar as idéias, o messianismo obteve enorme penetração em Portugal, por todos os estratos sociais. Descobrimento e escatologia se hibridizaram na cultura portuguesa. A consumação desse império vieirino se daria, como relatado nas profecias, em uma região recém descoberta e que carregasse características paradisíacas. Nesse sentido surge o Brasil como sede quinto imperial de Vieira. De maneira diferente Agostinho da Silva também vai associar o Brasil ao reino escatológico.

O Brasil tem papel de destaque no cenário escatológico português associado muitas vezes às próprias profecias bíblicas. Assim, as profecias de Daniel e de Isaías, cumpridas com a descoberta do Brasil são, segundo Vieira, fatos e provas da consumação da revelação e do tempo. O Brasil se torna a própria história consumada. O descobrimento e missionação do Brasil, bem como as conquistas portuguesas, e depois ibéricas, em geral, assumem em Vieira o estatuto de simultâneo cumprimento e revelação exegética das profecias escatológicas, inscrito na tensão para a iminente plenitude de um tempo histórico que, mais do que a razão humana, é o seu melhor “comentador” e intérprete. No Brasil emergente efectivamente não só um Novo Mundo, histórico-geográfico e cultural, mas o Novo Mundo da inédita totalidade divino-humano-cósmica, incarnação da superabundância e excesso da Graça crística sobre o pecado adâmico, realização do melhor possível sobre a terra a preludiar o Fim dos Tempos.³¹

O Quinto Império de Vieira é então um império religioso e espiritual governado pelo próprio Cristo, mas conduzido por D. Sebastião ao seu destino divinamente traçado, à um período de felicidade, paz e prosperidade. Conduziria a humanidade ao império perfeito, assim como Moisés conduziu o povo eleito de Israel. D. Sebastião é a própria incorporação do reino português. Para Vieira Portugal era o país eleito pelo descentramento que carregava em si e pela

apropriação do infinito/universo³² em sua trajetória histórica. Portanto o segredo que habitava no mundo e na história era de saber o quando e o onde a história se consumaria. Com as descobertas portuguesas associadas com o que diziam os profetas, o *quando* se daria a redenção ainda não se sabia, acreditaram-na próxima, pois o *onde* já estava encontrado, era no Novo Mundo, no Brasil, lugar mítico que já aparecia na mitologia céltica medieval.

O juízo do Padre Casnedi sobre a eficácia da exegese que Vieira fez dos Profetas, revelando o que neles se ocultava, é esta perfeita adesão ao seu pensamento: “*Parece, pois, justo que o Reino de Cristo, Senhor nosso, na terra, seja perfeitamente consumado antes da vinda do mesmo Senhor como Juiz. De sorte que disto se segue que, fundado nas profecias que ainda se não completaram e expondo-as literalmente, prognostique muitas cousas que hão-de acontecer na Igreja Militante, e conceba o Reino de Cristo, Senhor nosso, na terra tal qual pode convir ao mesmo Senhor, que há-de vir não como Redentor, mas como Juiz.*”³³

O Brasil fazia parte integrante do Oriente o qual compreendemos como amálgama oceânico. A *Hy Bressail*,³⁴ a *Ilha de Vera Cruz*, depois *Terra de Santa Cruz*³⁵ e por fim *Brasil* era o Oriente à oriente do Oriente. O Oriente se configurava como um símbolo ambivalente, ao mesmo tempo sede econômica e política de grandes impérios, como a China descrita nas viagens de Marco Polo e pela missão dos jesuítas, mas também sede imaginária do Paraíso Terrestre, preservado das águas do dilúvio e descrito no Gênesis como terra austral e oriental, cortada por quatro rios imensuráveis, rica em ouro e pedras preciosas, de temperatura sempre amena, numa primavera eterna, assim como o Brasil.

³¹ Borges, Paulo. *Do finistério pensar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

³² Borges (1995: p. 279).

³³ Vieira, Padre António. *Clavis prophetarum*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

³⁴ O nome do país antes de ser Brasil já aparece na mitologia celta com várias grafias. O importante é perceber que nessas tradições essa terra está envolta de um geográfico maravilhoso.

³⁵ Ilha de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz foram os nomes dados anteriormente ao nome Brasil.

O novo *ethos* para um novo homem em *Os lusíadas*

A escatologia entretanto, não é privilégio só de pessoas ligadas à igreja. A literatura também deu a sua fatia de futuro para a humanidade. Na cultura portuguesa de quinhentos a mais célebre obra literária também deu pistas do destino final do homem e do mundo. Em sua épica Luís de Camões conta-nos numa narrativa épica de viagem pelo menos duas histórias de Portugal. Uma delas a narração fundadora, pragmática, missionária, política e religiosa da nação, e uma outra é, parafraseando Vieira, uma história do futuro ou do regresso. Na perspectiva escatológica de *Os lusíadas* Camões, no Canto IX, propõe um novo *ethos* para o homem em que Portugal já aparece, ainda que na imprevisibilidade, vocacionado em levar a humanidade ao seu derradeiro destino. O poeta aponta no episódio da Ilha dos Amores para um reino de deleites, felicidades e sabedoria. No episódio da Ilha dos Amores Camões nos brinda com a possibilidade de um regresso, por merecimento ou destino, a um paraíso velado aos olhos de quem o procura. Camões aponta para a possibilidade de um reino divino-humano que não separa tempo e espaço. Esse reino só aparece quando/se inesperado. Não há rotas, não consta nos mapas. Só se atinge na imprevisibilidade e na instância do merecimento. Reino de deleites como o paraíso, arquétipo vivo na consciência lusa. A escatologia camoniana transparece quando os náutas de Portugal descobrem o mundo e por isso merecem esse reino edênico.

“Já trazia de longe no sentido

*Para premio de quanto mal passaram,
Buscar-lhe algum deleite, algum descanso
No reino de Crystal líquido e manso.”*³⁶

O espírito de profecia, já apontado em Joaquim da Fiori, aparece também no autor da épica. Camões acaba por profetizar no Canto IX a possibilidade, muito embora imprevisível, de um retorno ao paraíso. A imprevisibilidade é característica da Ilha dos Amores. Como pode ser previsível um reino, ou ilha, em que a relação espaço/tempo não existe. Ou melhor, um reino que existe fora do tempo e do espaço. Portanto, a ilha dos Amores é ao certo um lugar sem ter lugar. Ou seja, é um lugar de felicidade eterna a-temporal e extra-espacial, cujo o arquétipo e a imagem é a do paraíso. É a busca da plenitude no exercício da existência na experiência da eternidade. Não temer o imprevisível é ser can-

didato a Ilha dos Amores. A viagem é a via, pois ela é imprevisível e essencialmente misteriosa. O messianismo implícito em Camões reside em que os descobrimentos portugueses e sua dilatação do mundo foram recompensados com o regresso, não à casa, não à Lisboa, mas à Ilha dos Amores, paraíso terrestre e interdito. A Ilha dos Amores, portanto, traz em si o referencial escatológico encontrado em Joaquim da Fiori.

Diferentemente ao que aconteceu no mito adâmico da queda, no canto X da epopéia de Camões, Vasco da Gama “come o fruto da árvore do conhecimento” ao receber da deusa a esfera que lhe deu a visão epopséica, a contemplação dos mistérios do mundo, a visão total. Epopéia é entendida como a visão divina da totalidade, dimensão, compreensão e conhecimento do todo, visão geral que capta tudo: a festa total dos sentidos. O capitão português, assim, ascende e contempla os segredos do mundo. Essa ascensão se dá no cume de um monte, símbolo da escala suprema do caminho e da procura de conhecimento, do qual Vasco da Gama contempla a Máquina do Mundo:

*“Vês aqui a grande máquina do Mundo
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foi do Saber, alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limada,
É Deus; mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.”*³⁷

No canto X do texto camoniano o Capitão Vasco da Gama se depara com a deusa Diana acompanhada das ninfas e vê uma esfera de Luz.

*“Uniforme, perfeito, em si sostido,
Qual em fim o Archetyp, que o creou.
Vendo o Gama este globo, commovido,
De espanto e de desejo ali ficou.
Diz-lhe a deosa: O transumpto reduzido
Em pequeno volume aqui te dou
Do mundo aos olhos teus, para que vejas
Por onde vás e irás, e o que desejas.”*³⁸

Essa esfera simboliza a epopsia, a mesma dos hesicastas e monges heremitas. Através da longa, imprevisível e aventureira peregrinação marítima na demanda de novas terras o capitão

³⁶ *Os lusíadas* IX, 19.

³⁷ *Os lusíadas* X, 80.

³⁸ *Os lusíadas* X, 78.

Gama experimenta uma dimensão ampliada de sua consciência. Em *Os lusíadas* temos a visão de feitos futuros descritos por uma ninfa,

*“Cantava a bella deosa, que viriam
Do tejo pelo mar, que o Gama abri
Armadãs, que as ribeiras venceriam
Por onde o Oceano Indico suspira.”*³⁹

E também temos a glória da expansão portuguesa no mundo,

*“Vês Europa Christã, mais alta e clara,
(...) Olha essa terra toda, que se habita
Dessa gente sem lei, quasi infinita.”*⁴⁰

Em Camões é perceptível observar um amálgama do enclausuramento do mundo pelos portugueses descobridores, exemplificado na figura do Capitão Gama, e da transcendência escatológica tributária das profecias e narrativas mitosimbólicas. Porém, uma das maiores aspirações do poema camoniano é que a história e a humanidade deixem de ser guiadas pela desarmonia e o egoísmo e passem a ser guiadas pelo Amor. Procura de amor e de conhecimento, na dialética do amor do conhecimento e do conhecimento do amor.

A língua portuguesa à solta.

O Quinto Império em Agostinho da Silva e Fernando Pessoa

Também no amor se assenta a visão quinto imperial de Agostinho da Silva, porém com uma ligação muito maior com a perspectiva do Padre Antônio Vieira e do poeta Fernando Pessoa. Segundo Agostinho da Silva, o Quinto Império seria constituído pelo Reino do Espírito Santo, portanto um reino espiritual, e assim, seria desenvolvido de maneira diversa que qualquer sistema de governo vigente com suas cláusulas, regras, e morais. Contudo, na sua visão, esse império seria governado por uma criança, ou seja, pela inocência primordial. Nessa matéria vemos o distanciamento de Agostinho da Silva do pensamento de Santo Agostinho quando este reflete sobre o nascimento das crianças e o estado de inocência *“nascido evidentemente muito pequeninos por causa do tamanho do útero, teriam sido logo a seguir, elevados por Deus à perfeição da idade adulta.”*⁴¹ Nada tem a ver o pensamento de Agostinho da Silva que precociza a regressão do adulto em criança.

O Quinto Império de Agostinho da Silva remonta a uma situação cujo arquétipo é o paraíso, sem prisões, sem governo, sem casamentos, sem hospitais. Como as instituições sociais, e as opressões das leis adultas não fazem parte desse

império espiritual acreditamos que Agostinho da Silva invoca uma reconquista do paraíso. Também no *Regresso ao Paraíso*⁴² de Teixeira de Pascoaes deparamo-nos com a busca de um Deus Infante que forneça de novo a esperança do retorno à pátria outrora perdida, cujo motor de restabelecimento é o amor e a saudade, ou seja, uma mistura de passado e memória com vontade e sentimento.

O filósofo-poeta Agostinho da Silva faz parte da tradição a qual pensou e profetizou esse Império do Espírito Santo, no entanto difere em questões substanciais ao Quinto Império de Fiori, e o de Vieira. Agostinho não acredita nessa divisão postulada por Joaquim da Fiori diabolizando a santidade e dando-lhe períodos de reações. São as três Idades de Fiori. Para o poeta-filósofo o Espírito Santo era a própria união do Pai e do Filho, na sua plenitude, paradoxalmente múltiplo, mas uno, cujo arquétipo é o eterno menino, do qual Fiori não faz menção. A criança como arquétipo da virgindade primordial a qual remonta a inocência paradisíaca, simboliza os próprios preceitos ou virtudes do cristianismo.

Tanto para Agostinho, quanto para Fernando Pessoa, a língua portuguesa cumpre um papel fundamental em suas escatologias. A língua portuguesa é a língua viajante, é a língua-poesia, logo, está na base da crença do professor Agostinho como fermento, forma e conteúdo deste Reino Espiritual.⁴³ O poeta dos heterônimos também faz concessão a um Quinto Império, mas o faz associando à língua portuguesa como essência desse Reino, onde o Imperador não é uma criança como concebida por Agostinho da Silva, mas um poeta, por isso esse império pessoano concebe-se com características oníricas, é a poesia livre, por isso mesmo vária, pois o homem é vário. Esta é uma característica patente em Pessoa “ser tudo, de todas as maneiras”, é a vocação universalista do messianismo português, forte também em Agostinho da Silva.

Talvez ao associarmos a profética vieirina, em que o próprio Cristo reinará no Quinto Impé-

³⁹ *Os lusíadas* X, 10.

⁴⁰ *Os lusíadas* X, 92.

⁴¹ Delumeau, Jean. *Uma história do Paraíso. O Jardim das Delícias*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 251.

⁴² Pascoaes, Teixeira. *Regresso ao paraíso*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1986.

⁴³ *Ibidem*, p. 315.

rio que virá, com a idéia de Agostinho da Silva, que afirma ser o Quinto Império possível, posto que governado por uma criança, então encontraremos a idéia de criança e Cristo na concepção filosófica-messiânica de Fernando Pessoa, sobretudo no que nos deixou de pensamento na voz de Alberto Caeiro. O Cristo de Caeiro é o Menino Jesus, ou seja, o Cristo Infante, o Cristo criança. Essa crença num Jesus menino, ou seja, o poeta à solta, é porque ele age como criança, filosofa, acredita no amor, na paz, na fraternidade e na força dos sentidos. Ao lermos o poema “O guardador de rebanhos”⁴⁴ verificamos o distanciamento da criança de Agostinho da Silva, a qual representa as virtudes do cristianismo, e o Cristo menino de Caeiro. “*Num meio-dia de fim de Primavera / tive um sonho como fotografia. Vi Jesus Cristo descer à terra. (...) Tinha fugido do céu. Era Nosso demais para fingir De Segunda pessoa da trindade.*”⁴⁵ Observamos em seu Cristo menino um forte componente pagão.

Uma outra característica de Pessoa é o seu profundo crédito ao sebastianismo. Fernando Pessoa tem no sebastianismo um bastião arquetípico concebendo que cada alma lusa pode descobrir em si um D. Sebastião, o messias que ainda está por vir. Cada alma portuguesa é um D. Sebastião renascido poeticamente para a reconstrução do império lusitano.

Crise e escatologia: o último reduto do paraíso

No fim da Idade Média e no início da Idade Moderna vivia-se a relação entre crise e escatologia. A Europa estava mergulhada em crises de diversas ordens. Sucessivas ondas de fome, peste e guerras. Assim, se verificou o reaparecimento de muitos mitos salvíficos, além da silenciosa presença da imagem do paraíso. Esta situação de desajuste levou as populações a buscarem explicações e soluções para o sofrimento vivido dando espaço para os messianismos. O “descobrimento” e conquista da América em 1492 causou uma verdadeira revolução no imaginário europeu, a terra não se resumia mais às regiões da Europa, Ásia e África, este novo território engendrou especulações de ordem divina e escatológica acendendo em alguns a crença da chegada das profecias.

A imagem do paraíso surge como uma ligação direta com o passado como origem, isto é, com um passado que se conserva como perene presente. A imagem mítica da América, e em especial do Brasil, como paraíso terrestre

está intimamente ligado a própria imagem da natureza, tanto real como simbólica. A nova localização reunia todas as características descritas no Éden: clima temperado, vegetação luxuriante, fauna exuberante, com muitas espécies desconhecidas e associáveis à mitologia paradisíaca, a aparente pureza de alma dos indígenas, os quatro rios do paraíso na América do Sul identificado pelos rios Orinoco, Amazonas, São Francisco e Prata apenas reforçavam a idéia da proximidade com as regiões paradisíacas.

No alvorecer do século XVI Colombo oferece aos reis católicos o relato de sua terceira viagem, em que assegura ter descoberto a localização do Paraíso Terrestre, graças às indicações dos autores antigos e do profeta Isaías. Numa carta aos reis, de 1501, e numa carta de 1502, ao papa, Cristóvão Colombo reafirma a descoberta do Paraíso, sente-se instrumento das profecias do abade Joaquim da Fiori e oferece os cálculos do tempo que resta até o Tempo do Fim: 155 anos.⁴⁶

Em seu clássico *Visão do Paraíso* Sérgio Buarque de Holanda escreve: “*Colombo, sem dissuadir-se de que atingira pelo Ocidente as partes do Oriente, julgou-se em outro mundo ao avistar a costa do Pária, onde tudo lhe dizia estar o caminho do verdadeiro Paraíso Terrestre. Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão “Novo Mundo” (...) para designar as terras descobertas. Novo não só porque ignorado, até então, das gentes da Europa (...), mas porque parecia o mundo renovar-se ali e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação.*”⁴⁷

Para Sérgio Buarque de Holanda, os portugueses não lançaram mão de toda a sua capacidade de edenizar em relação ao Brasil sobressaindo-se, neste caso, uma visão mais utilitarista e realista do que fantástica, o que não significa, contudo, que aquela capacidade não tenha sido ativada no imaginário luso.⁴⁸ Diários de bordo

⁴⁴ Pessoa (1994: p. 117).

⁴⁵ Pessoa (1994: pp. 124–125).

⁴⁶ Colombo, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: LP&M, p. 199.

⁴⁷ Holanda, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 204.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 8–14.

e cartas dos navegantes e dos evangelizadores não cessam de referir-se às novas terras falando da formosura de suas praias imensas, da grandeza e variedade de seus arvoredos e animais, da fertilidade de seu solo e da inocência de suas gentes que “*não lavram nem criam (...) e andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (...) Águas são muitas; infindas. E em tal maneira graciosa que, querendo-se aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.*”⁴⁹

O escrivão de Cabral assim se portou ao falar das gentes do Brasil: “(…) Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior – com respeito ao pudor.”⁵⁰

Quando se examinam relatos aparentemente descritivos, não se pode deixar de notar que certos lugares-comuns se encontram em todos eles. O Brasil é sempre descrito como imenso jardim perfeito: a vegetação é luxuriante e bela, as feras são dóceis e amigas, a temperatura é sempre amena, aqui reina a primavera eterna, o céu está perenemente estrelado, os mares são profundamente verdes, e as gentes vivem em estado de inocência. Esses são os sinais do paraíso terrestre reencontrado.

Essa produção mítica do *locus* do paraíso associa-se diretamente a identidade e grandeza do Brasil ao plano natural. Poderíamos agora exemplificar com toda uma vasta coleção de textos deixados por viajantes e missionários acerca da possibilidade, senão a própria localização do paraíso terrestre estar na Amazônia. No entanto gostaríamos de ressaltar que a imagem de abundância e felicidade só se dá diante da realidade de escassez e da decadência, a qual a Europa experimentava desde o final da Idade Média. Tendo em vista esse pressuposto e a realidade histórica da Amazônia após as primeiras investidas ainda no século XVI, o francês Claude d’Abbeville faz uma comparação bastante racional da diferença que há entre a Europa e a Amazônia brasileira em pleno século XVII, evocando, em detrimento de seu pré-racionalismo, imagens paradisiacas das terras brasileiras. “*No inverno a terra é estéril na Europa e no Brasil sempre fecunda; na Europa a terra é horrível no inverno, com a erva morta, as árvores desfolhadas, tudo seco. No Brasil é a verdura permanente, a terra está sempre adornada de belas plantas e de flores diversas e raras. Em suma, há no Brasil uma eterna primavera unida ao outono e ao verão. E uma tal suavidade de temperatura,*

que em qualquer época do ano as árvores têm folhas, flores e frutos, os quais dão tal perfume à atmosfera, que os campos são croceis holantes floribus horti.”⁵¹

Mas, apesar de toda uma visão ou pre-visão do paraíso estar localizado na América, no Brasil, na Amazônia, pela abordagem oferecida pela história teológica, elaborada pela ortodoxia cristã, isto é, a perspectiva providencialista da história, ou pelo milenarismo de Antônio Vieira e de Joaquim da Fiori, a partir do século XVII o imaginário edênico que acompanhava os navegantes, missionários e gente comum que deixavam os portos portugueses ou do resto da Europa foram paulatinamente perdendo sua força. No entanto a idéia-força do Quinto Império, nascida das profecias de Daniel, da reflexão e crença no Espírito Santo de Joaquim da Fiori, do novo *ethos* sugerido por Camões na Ilha dos Amores, do futuro parusiano de Antônio Vieira, não morreu com a descrença da existência de um paraíso terreal. A viagem simbólica como *caminho* nascido do racional e do mítico se transformou no arquétipo, juntamente com o paraíso, da busca e da (re)construção de um mundo perfeito manifestada nessas teses escatológicas cada uma reavaliando, a seu modo a questão, mas mantendo a crença simbólica no paraíso. Para Joaquim da Fiori haveria a Terceira Idade cujo imperador seria o próprio Espírito Santo, para Antônio Vieira o Quinto Império era religioso e espiritual onde o imperador seria o próprio Cristo. Porém a condução a esse império ficaria a cargo do rei de Portugal, ou seja acreditava que surgiria um rei português que conduziria a humanidade à esperança, missionária e libertária, assim como Moisés conduziu o povo eleito de Israel. Camões literaliza esse mundo perfeito na Ilha dos Amores, já para Fernando Pessoa esse reino nasce de uma atitude poética concebendo a língua portuguesa como fermento, forma e conteúdo desse reino, ou seja, governaria um imperador poeta empenhado em difundir a língua portuguesa pelo mundo como ligação do ante-

⁴⁹ Cortesão, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Livraria Editora, 1943.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ D’Abbeville, Claude. *História das missões dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975, p. 157.

rior ao futuro. Segundo Agostinho da Silva o Quinto Império teria lugar no Reino do Espírito Santo, tal comunidade seria religiosamente devota à santidade e à inocência, sem governo, sem economia, sem políticas, sem casamentos, tendo como imperador uma criança. Quer em Camões e a Ilha dos Amores, quer em Joaquim da Fiori e a Terceira Idade, quer em Vieira e quer em Agostinho da Silva o *locus* de seus reinos está num algures, não visível à priori, por isso interdito. Ou seja, para nós trata-se de uma utilização arquetípica do paraíso. Portanto, a idéia de

Quinto Império está relacionada com a idéia do *religare*. Portugal na tônica desses pensadores torna-se o próprio arquétipo do Quinto Império, ou seja um modelo a se seguir.

Portugal viveu a mescla entre a crença no invisível e a angústia em desvendá-lo. Imagens de um passado vivido no presente e projetado no futuro, ou de um passado vivido no futuro e projetado no presente. Essas imagens com feição e cheiro de contradição, de paradoxo, começou a se intensificar com as viagens de descobrimento.